



8

Maria Collier de Mendonça

Maicyra Teles Leão e Silva

Paula Pinhal de Carlos

Maternidade e maternagem no século XXI:

mídias, artes e direitos

Motherhood and Mothering in the 21st Century:

Media, Arts and Rights

Maternidad y Maternaje in el siglo XXI:

Medios, Artes y Derechos

DOI 10.31560/pimentacultural/2023.96375.8


INTRODUÇÃO

Este texto surgiu do interesse em inter cruzar as perspectivas individuais das autoras, tornadas públicas na mesa-redonda *Maternidade e Maternagem no século XXI: Artes, Mídias e Direitos*. A mesa, coordenada por Patrícia Fonseca Fanaya, contou com as três coautoras deste texto (Maicyra Leão, Maria Collier de Mendonça e Paula Pinhall de Carlos) como expositoras e, ainda, com Andrea O'Reilly como debatedora, e ocorreu no *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, de forma on-line, em 2021, sendo transmitida e disponibilizada pelo canal de YouTube do evento.

A partir das exposições, percebemos que nossas falas possuíam pontos de intersecção e que se complementavam quanto à complexificação do tema. Que imagens e mensagens têm circulado nas mídias sobre maternidade e maternagem? Como as lacunas representacionais relacionadas ao corpo materno têm reverberado na arte contemporânea, em especial, no trabalho endógeno produzido por artistas-mães? Quais são as condições jurídicas para a manutenção da prática laboral dessas mulheres? Com isso, esse texto é um diálogo inicial entre os três âmbitos inicialmente apresentados na mesa – mídias, artes e direitos – na tentativa de realçar como a discussão sobre a maternidade e a maternagem envolve valores culturais, identidades e papéis maternos, disseminados por mídias massivas e sociais digitais, pelo circuito artístico, bem como pela constituição de valores jurídicos.

Na perspectiva comunicacional, interessa-nos debater que imagens, mensagens, aspectos cotidianos e valores culturais têm circulado nas mídias massivas e nas redes sociais digitais sobre a maternidade e a maternagem. As experiências singulares das mulheres são condicionadas pela circulação pública de certos paradigmas e modos de funcionamento das infraestruturas sociais. Assim, trazemos

SUMÁRIO



a perspectiva artística, para explorar como as figuras maternas propostas por artistas contemporâneas complexificam e tensionam essa perspectiva de objetificação dos corpos maternos, criticando os modos dominantes de representações, tais como o ideal sacro-cristão. Através da formação de coletivos artísticos, a veia de intersecção entre o discurso íntimo, pessoal e autobiográfico é atravessada pela perspectiva plural contida na diversidade de experiências e assim ganha amplitude e relevância social. Assim, por meio dos direitos, interessa-nos discutir como, para além da imagem de circulação pública, regulamentações jurídicas também condicionam a experiência vivida e praticada por essas mulheres. Manteremos o foco na produção de regulamentações jurídicas relativas às mulheres no meio acadêmico – seja na condição de graduandas, pós-graduandas, professoras e/ou pesquisadoras – já que é a partir desse meio que também artistas e intervencionistas midiáticas se formam.

Por fim, abordamos os efeitos da pandemia da Covid-19 em suas atividades de cuidado e laborais, as quais têm sido profundamente impactadas pela divisão sexual do trabalho e pelo distanciamento social.

IMAGENS E MENSAGENS SOBRE MATERNIDADE E MATERNAGEM NAS MÍDIAS

Antes de iniciarmos a discussão sobre os significados associados ao ser mãe na era da comunicação ubíqua, gostaríamos de apresentar o próprio contexto para o qual esse texto foi produzido. O 12^o *Seminário Internacional Fazendo Gênero* abraçou a temática dos “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”, com a proposta de dar visibilidade às vozes das minorias e estimular o necessário debate entre diversas perspectivas feministas nacionais e internacionais, reunindo

SUMÁRIO

academia, artistas e ativistas. Nesse contexto, gostaríamos de ressaltar o quanto a discussão sobre maternidade e maternagem precisa conquistar seu lugar de fala no Brasil e no mundo. Em 2021, o Fazendo Gênero teve 192 simpósios temáticos, porém somente quatro deles discutiram a maternidade e maternagem; 35 mesas redondas, porém somente uma mesa, intitulada *Maternidade e Maternagem no Século XXI: Artes, Mídias e Direitos*, abordou o tema; oito minicursos, sendo que nenhum deles se dedicou à maternidade nem à maternagem e, ainda, 34 oficinas, das quais, apenas uma delas discutiu justamente a maternidade como “a questão pendente do feminismo”.

Para que possamos transformar este cenário, precisamos dar visibilidade aos debates sobre as questões maternas na sociedade envolvendo as universidades, os movimentos sociais e as produções artísticas. Nesse contexto, temos certeza de que a análise das mídias contribui para levantarmos questões importantes rumo à conscientização social sobre tais necessidades.

Na pesquisa de doutorado de Maria Collier de Mendonça (2014), a autora descobriu que imagens e mensagens da publicidade brasileira de mídia impressa frequentemente convergiam para representações femininas centradas em duas figuras arquetípicas da cultura católica: Eva e a Virgem Maria. Quando os anúncios publicitários se dirigiam às mulheres não mães, remetiam às representações de Eva. Nessas ocasiões, as figuras femininas expressavam mulheres poderosas, sensuais, independentes, atraentes e dinâmicas. Em contrapartida, quando a publicidade de mídia impressa brasileira se dirigia às mulheres grávidas ou às mães, geralmente reforçava valores culturais da maternidade patriarcal. Por exemplo, anúncios que apresentavam imagens de mulheres grávidas geralmente destacavam os ventres femininos como “ovos sagrados”, muitas vezes excluindo os rostos das gestantes. Suas imagens sintonizavam ideais de pureza e dedicação materna, fortemente associados aos valores católicos e, especialmente,

SUMÁRIO

à figura da Virgem Maria. As imagens dos corpos grávidos apareciam em poses estáticas, como se tais mulheres estivessem exclusivamente aguardando a chegada dos bebês, com as mãos nos ventres, dirigindo os olhares das leitoras para as vidas que estavam sendo geradas.

Nesse contexto, os anúncios que mostravam mães e bebês apresentavam tais personagens em planos fechados comunicando sensações de alegria, paz, vínculo e harmonia. Suas mensagens convergiam para uma sensação de disponibilidade materna integral, reforçando uma condição imaginária sintonizada à dedicação da Virgem Maria e ao mito do amor materno conforme teorizou Elizabeth Badinter (1985). Mensagens de proteção, conforto, carinho, cuidado e amor eram recorrentes, de modo que as marcas anunciadas adentravam a simbiose mãe-bebê, porém, as imperfeições e dificuldades cotidianas eram excluídas das cenas. Dessa forma, os contrastes entre a pureza, passividade e dedicação das grávidas e mães de bebês em comparação com o dinamismo, independência e sensualidade das mulheres não mães tornavam-se evidentes.

Quando as marcas anunciadas se dirigiam às mães de crianças maiores, uma terceira figura também era frequente. Símbolo de um modelo materno impossível, a figura da mãe-elástico aparecia, de maneira recorrente, em anúncios de produtos “perfeitos” para as mulheres darem conta de tudo o que precisavam, dentro ou fora de casa. Por fim, as figuras paternas raramente apareciam nas campanhas analisadas, indicando o quanto os trabalhos domésticos e maternos permaneciam centrados nas mulheres nas cenas publicitárias.

Após concluir a pesquisa doutoral, Maria Collier de Mendonça acompanhou a ampliação de perspectivas midiáticas associadas com a maternidade e a maternagem no cinema brasileiro e nas redes sociais digitais. Diferentemente da publicidade veiculada na mídia impressa, detectou-se que novas produções e significados estão despontando nas mídias, bem como expressando diversas experiências,

SUMÁRIO

identidades, dificuldades e ambivalências maternas. Consequentemente, o panorama midiático acerca da maternidade e maternagem tem suscitado novas questões.

Em se falando do cinema nacional, gostaríamos de mencionar o filme *Que horas ela volta?*, dirigido por Anna Muylaert (2015). O enredo conta a história de Val, trabalhadora doméstica interpretada por Regina Casé, que reside na casa dos patrões em São Paulo. De repente, sua filha Jéssica aparece para visitá-la e prestar vestibular na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. A partir disso, descortinam-se várias contradições culturais e desigualdades socioeconômicas envolvendo maternidade e maternagem na trama.

Em se falando das redes sociais digitais, a coletânea *Maternidade nas Mídias*, organizada pelas professoras Milena Freire de Oliveira-Cruz e Maria Collier de Mendonça (2021), evidencia a emergência de grupos e páginas no Facebook, perfis no Instagram, blogs maternos, canais de YouTube e fóruns de discussão on-line que estão expandindo os modos como as mães brasileiras se expressam nas mídias. Ao mesmo tempo, essas interações com as mídias estão possibilitando o compartilhamento de problemas cotidianos que afetam as mães. Dessa maneira, observa-se uma crescente circulação de mensagens sobre a cobertura jornalística de questões maternas nas redes sociais; além de manifestações artísticas, ativistas e debates on-line envolvendo o parto, a amamentação e a sobrecarga de trabalho materno, que colapsou na pandemia. Ora contraditórios, ora performáticos, os significados e discursos circulantes nas mídias atualmente abarcam

[...] desigualdades de gênero, classe e renda; sentimentos de opressão e ambivalência materna; acúmulo de trabalho materno, doméstico e remunerado; bem como, a construção de narrativas 'de resistência' nas mídias para desconstruir a romantização da maternidade. E, ainda, a recorrência de adjetivos midiaticamente atribuídos às mães 'cuidadoras', 'guerreiras', 'dedicadas', 'elásticas', 'exaustas...' ou à maternidade,

propriamente dita, 'real', 'ativa', 'compulsória' (OLIVEIRA-CRUZ; MENDONÇA, 2021, p. 12-13).

Ainda no campo das representações, a diversidade de perspectivas e a apresentação de ambivalências do ser mãe também estão presentes nas imagens produzidas no campo das Artes Visuais. Da mesma forma como nas mídias sociais, a produção artística parte de uma perspectiva em primeira pessoa, entendendo a obra de arte como um discurso que parte da autorrepresentação para dissolver a perspectiva única das representações dominantes.

ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS POR COLETIVOS DE MÃES ARTISTAS EM TORNO DE REPRESENTAÇÕES DOMINANTES

Diferentemente das representações clássicas das *Madonnas* (em sua grande maioria executada por homens), em que os corpos das mulheres mães são representados exclusivamente de modo contemplativo e complacente, as figuras maternas propostas por artistas contemporâneas, também mães, complexificam e tensionam a perspectiva de objetivação dos corpos maternos. Por elas, os corpos maternos são tratados para além da retórica religiosa, onde a maternidade deve ser um ato de doação plena e sacrifício, e de uma fonte incondicional e ilimitada de amor.

Os corpos femininos e suas representações assumem assim um discurso endógeno, proferido a partir de si e não sobre alguém outro. Essas artistas reivindicam uma percepção acurada da performance cotidiana requerida na criação de uma criança e realçam ambivalências privadas, sociais e econômicas envolvidas nessa prática. Para esses artistas, a maternidade não é uma condição particular, mas o

SUMÁRIO

próprio material de trabalho. E, aqui, a maternidade é entendida como um verbo, uma prática, uma ação que alguém exerce. Desta forma, a noção de autorrepresentação ocorre como um discurso que visa constituir uma cultura visual mais próxima da experiência vivida.

Uma das consequências decorrentes desse esforço é a formação de redes ou, mesmo, de coletivos artísticos, que visam fortalecer a visibilização em torno dessa produção artística. Ainda, considerando que o corpo da artista, mulher, mãe é o próprio intercessor da experiência do matinar, em si, muitos desses coletivos convocam o corpo como suporte central da prática artística. Esse é o caso de alguns coletivos surgidos em meio a discursos feministas, já na década de 70, e outros, cuja ocorrência tem se apresentado mais intensa no século XXI.

Nesse sentido, uma vez que estamos tratando da visibilidade pública e consequentemente da imagem social criada em torno do matinar, buscaremos então estabelecer uma ponte entre produções individuais e perspectivas coletivas da figura materna. Quais são as estratégias artísticas utilizadas por um coletivo de mães para interrogar uma instituição performativa como a maternidade? Em que sentido a performance – como categoria artística – dá origem a modos de trabalho em conjunto? Nesse âmbito, apresentaremos alguns coletivos ou redes de artistas, de diversas localidades e tempos históricos, com o objetivo de discutir suas estratégias para a construção estética e ética em torno do tema.

MOTHER ART E SUA REAÇÃO AO PRÓPRIO FEMINISMO DOMINANTE

O coletivo *Mother Art*, baseado em Los Angeles, nasceu em resposta à exclusão da maternidade em espaços feministas. As integrantes se encontraram participando do *Woman's Building*,

SUMÁRIO

um ambicioso e altamente influente centro educacional sobre arte feminista, fundado em 1973. O coletivo formou-se após uma regra ser implementada no prédio onde estavam os estúdios das artistas: cães, mas não crianças, seriam autorizados a entrar no prédio. Excluir as crianças significava excluir as mães ou, pelo menos, impor uma separação entre a maternidade e a produção artística. Como resposta, *Mother Art* construiu uma estrutura lúdica para as crianças nas instalações externas do prédio. Após uma série de retrospectivas nos anos 2000, o coletivo finalmente assumiu uma posição reconhecida dentro do cânone da produção coletiva feminista.

Segundo a historiadora de arte feminista Andrea Liss, “a mãe permaneceu um tema velado para muitas feministas que precisavam estrategicamente se distanciar de tudo que era culturalmente codificado como passivo, fraco e irracional” (2009, p. xv). Nesse sentido, o veto imposto no *Women's Building* indicava uma restrição rígida, insinuando que suas líderes não queriam que sua imagem, como intelectuais e como artistas, se fundisse com a imagem de uma cuidadora de crianças. A restrição feita em relação às crianças era um gesto radical para se distanciar do papel estigmatizado da mulher/mãe.

POLVO DE GALLINA NEGRA E SUA IRONIA TELEVISIVA

Mónica Mayer, artista mexicana, também participou durante dois anos do programa feminista no *Woman's Building*. Depois disso, ela retornou à Cidade do México onde um espírito comunitário e coletivo na arte florescia. Lá encontrou Maris Bustamante que desenvolvia ações e intervenções efêmeras e transgressoras baseadas no conceito de arte não objectual. Ambas, juntamente com Herminia Dosal (temporariamente parte do coletivo), fundaram em 1983, o *Polvo de Gallina Negra*.

SUMÁRIO

Este foi o primeiro coletivo de arte no México que conscientemente se identificou como “feminista”, um conceito de referências quase que exclusivamente norte-americanas e europeias na época. Até 1993, o grupo desenvolveu um grande número de performances questionando estereótipos em torno da mulher, da maternidade e de suas representações na mídia de massa.

O nome do coletivo destaca o humor satírico de seu trabalho: a tradução portuguesa seria *Pó de Galinha Negra*, referindo-se a um pó vendido em mercados tradicionais em algumas partes da América Latina como uma proteção contra o mau-olhado. Em um de seus encantamentos feministas, elas apelaram para o pó para protegê-las da “magia patriarcal que faz as mulheres desaparecerem”. Isto se referia à exclusão das mulheres de posições ativas na sociedade e à violência a que estamos sujeitas por sermos simplesmente mulheres.

Outro de seus projetos irônicos e que utilizava como estratégia a veiculação viabilizada por uma comunicação de massas, foi o *Madre por um dia*, de 1987, que integrava o projeto de longo prazo chamado *Madres!*. Neste último, ambas as integrantes decidiram assumir sua gravidez como um projeto artístico e constituir sua prática em torno dessa ambivalência entre Arte e Vida.

Em *Madres por um dia*, Bustamante e Mayer foram convidadas para serem entrevistadas no programa de televisão *Nuestro Mundo*, liderado por Guillermo Ochoa, jornalista de influência na época. Durante o programa, elas convidaram o anfitrião a colocar uma barriga de isopor incorporada a um avental e o nomearam “Mãe por um dia”, coroando-o como rainha do lar. A partir desse ato jocoso e irônico, elas estavam propondo uma discussão em torno da subvalorização do trabalho doméstico e materno, transgredindo os estereótipos biológicos associados à maternidade ao transformá-la humoristicamente em uma possibilidade para qualquer pessoa.

MATERNAL FANTASIES E SUAS ESTRATÉGIAS INTERGENERACIONAIS

“Como tantas mulheres...” foi uma das frases que o coletivo de 7 artistas e 10 crianças, fundado em 2018 e baseado em Berlin, *Maternal Fantasies*, utilizou como disparador para um de seus primeiros textos de autoria coletiva. A frase foi tirada de um trecho do livro de Adrienne Rich, *Of Woman Born* (1976) e revelava a necessidade do coletivo em se inserir numa história feminista, conectando-se com gerações de mães e pensadoras anteriores. Estabelecer essa conexão intergeracional, reconhecendo os percursos anteriores e subsequentes, passou a ser a motivação de formação do coletivo.

Maternal Fantasies não participou do *Woman's Building*, mas, como descrito em sua publicação recente *Re-Assembling Motherhood(s): On Radical Care and Collective Art as Feminist Practices*, elementos de suas experiências contemporâneas, como mulheres com formação universitária, predominantemente brancas e de classe mista, já estavam presentes ali. Ainda, ao contrário de tantas mulheres negras e com menos privilégios, suas integrantes não foram mortas por forças patriarcais visíveis ou invisíveis, como realçado pelo trabalho de *Polvo de Gallina Negra*. No entanto, o anseio por mudanças estruturais relacionadas ao tema configurou-se como o ponto central do coletivo, já que muitas integrantes vivem interseções de gênero, raça e classe seja através da criação de filhas de cor, ou através de modelos parentais diversificados, com parceiras e parceiros inter-raciais.

O coletivo nasceu quando as atuais membras do *Maternal Fantasies*, incluindo uma das autoras desse texto, Maicyra Leão, se reuniram para vislumbrar a criação de um coletivo de arte que viabilizasse a conjugação de ambas as funções: ser mãe e ser artista. Cada uma já havia tido experiências anteriores e variadas com o tema da maternidade no campo artístico. Ainda, a maioria era mãe recente,

SUMÁRIO

com filhos menores de cinco anos, ou não tinha filhos biológicos, mas compartilhava um interesse genuíno na relação entre o trabalho de cuidado e a prática artística.

O coletivo, considerando sua condição geopolítica – Norte Global em pleno século XXI, não tinha uma restrição direta contra a qual reagir: não havia necessidade de construir um playground ou de fazer feitiços em um programa de mídia de massa. Presumia-se que Berlim, em 2018, era um local de igualdade de gênero. No entanto, os compromissos da vida diária revelavam disparidades, mesmo em um contexto europeu com menores inequidades de gênero, em comparação com outros lugares do mundo, como no Brasil e América Latina. A dissonância entre o projetado e a realidade, entre a presunção de equidade e a invisibilidade das desigualdades, foi o que foi desafiado através das indagações éticas e estéticas enquanto coletivo.

Ao mesmo tempo, como mães recentes ou mães de primeira viagem, o grupo temia perder o contato com quem quer que tivessem sido antes de assumir seus papéis de mãe. Suas integrantes estavam se recuperando de gravidezes e experiências de nascimento enquanto processavam todos os projetos inacabados (de arte) que interromperam durante aquele período. A luta tornou-se criar estratégias para combinar criatividade, trabalho, comunidade e maternidade em uma vida contemporânea. Intuitivamente, todas elas sabiam que juntas poderia ser possível – por razões práticas, emocionais, políticas ou criativas – continuar trabalhando como artistas profissionais, cuidadoras dedicadas e mulheres complexas.

Uma das estratégias encontradas foi a integração das crianças no processo criativo. Suas integrantes não aceitaram a oposição binária entre arte x crianças, e assumiram com isso as ambivalências e desafios decorrentes. Ao decidir integrar seus filhos no processo artístico, elas também integraram a interrupção como mecanismo criativo, já a presença das crianças no cotidiano criativo requer atender a suas

SUMÁRIO

demandas urgentes como choros, quedas, conflitos, fome ou uma fralda molhada. Como Lisa Baraitser argumenta, esta “interrupção contínua forma o terreno da experiência materna contra a qual todas as outras experiências são compreendidas” (2009, p. 74).

As personalidades, os humores e a vontade ou não das crianças em participar de seus processos de criação conduzem e interferem no processo criativo deixando resíduos na obra final. Além disso, apontam para os desafios éticos surgidos em nosso trabalho. As crianças são de fato protagonistas no processo ou estamos manipulando sua participação? Como equilibrar ou se livrar de nossa própria exigência em seguir parâmetros dominantes sobre o que é a “boa” arte ou ser “boa” mãe? Esteticamente como lidar com a improvisação requerida nesse diálogo artístico com as crianças? Quem decide quais imagens comporão o corte final? As crianças podem ser autores de trabalhos artísticos? Será que as crianças se sentirão desconfortáveis observando a si mesmas quando forem mais velhas?

Ao contrário de encerrar soluções, a proposta é entender a potência criativa surgida a partir da maternagem. Esta entendida como uma prática que de fato convoca determinadas configurações de pensamento e ação, por vezes entendidas como obstáculos ao trabalho criativo e sua intensidade. Como afirma a pesquisadora Andrea Liss, “a questão é como negociar estrategicamente entre códigos de maternidade consolidados e abraçar as complexidades da maternidade vivida” (2009, p. xvii). De fato, o dilema se torna como falar das dificuldades e, ao mesmo tempo, as belezas incomparáveis da maternidade, sem que essas experiências, variadas e complexas, se transformem em clichês.

Apesar da ideia da maternidade como sendo uma experiência única, o que significa que ela supostamente seria uma ocorrência pessoal, reunir-se enquanto coletivo amplia a noção de compartilhamento e indaga a maternidade como uma instituição social (RICH, 1995). Esta instituição molda a experiência individual, que, embora diferente da experiência de muitas outras mulheres, não é singular.


ENTRE A PERSPECTIVA INDIVIDUAL E A MATERNIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A maternidade, bem como o gênero, são construções sociais. Neste sentido, por um lado a vinculação do trabalho de cuidado às mulheres reforça a sensação de sobrecarga materna devido ao acúmulo de tarefas domésticas e maternas que elas assumem solitariamente (O'REILLY, 2010). Por outro lado, essa associação também contribui para a manutenção das desigualdades de gênero e decorrente redução de progressos maternos nos estudos e no mercado de trabalho. Frente a essa realidade, a garantia e a efetividade de normas jurídicas – que assegurem direitos às mães – são importantíssimas para que possamos possibilitar a inserção, permanência e progresso das mães nas atividades acadêmicas e profissionais, de maneira a reduzir tais desigualdades.

Segundo Lucila Scavone (2001, p. 50), “o advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para criação do dilema de ser ou não ser mãe”. No entanto, “quando opta por não gerar um filho, mesmo podendo fazê-lo, a mulher segue por um caminho que vai de encontro à expectativa social”, conforme Ana Andréa Barbosa Maux e Elza Dutra (2009, p. 120). Para Scavone (2001), as mulheres seguem sendo as mais sobrecarregadas no cuidado com os filhos, o que gera o dilema sobre ser ou não mãe e as possíveis interferências que a maternidade pode trazer para a carreira profissional.

Essas interferências são também referidas por Nathalie Reis Itaboraí (2016), que refere que a redução do número de filhos e o adiamento da maternidade são fenômenos identificáveis na população feminina brasileira nos últimos anos e que a redução do tempo dedicado à maternidade resulta de maior investimento em estudo e trabalho. Outro fenômeno identificado é uma maior redução da fecundidade

SUMÁRIO



e uma maior tendência ao adiamento da maternidade entre mulheres de estratos mais altos, ao passo que mulheres de estratos mais baixos apresentam maiores índices de maternidade precoce. Verifica-se, com isso, mudanças significativas na maternidade, uma vez que as mulheres, ainda que sigam sendo sobrecarregadas no cuidado com os filhos, têm optado por tê-los em menor número e por adiar a maternidade, gerando filhos quando possuem idade mais avançada, sendo tais fenômenos mais visíveis nas mulheres de camadas mais altas que são justamente aquelas que possuem melhores oportunidades de estudo e também as que atingem melhores postos de trabalho.

Por fim, analisar gênero e maternidade faz com que seja preciso também adentrar, ainda que de forma não-exaustiva, na questão do cuidado e da divisão desigual do trabalho doméstico. Isso porque há um gênero do cuidado, podendo-se afirmar que, ainda que as famílias e seus arranjos sejam diversos, são as mulheres as principais responsáveis pelas atividades de cuidado com seres dependentes (aí incluídos filhos e também animais não-humanos domésticos) e também as mais sobrecarregadas com tarefas domésticas relativas à manutenção da organização do lar.

MATERNIDADES, ACADEMIA E DEMANDAS POR DIREITOS

Ao pensar gênero e maternidade como construções sociais, passa a ser possível também tecer um outro olhar sobre o fenômeno que pretendemos tratar a esta altura, qual seja: o das mães na academia. Como garantir o acesso e a permanência de mulheres no ensino superior e na pós-graduação, enquanto alunas, professoras e pesquisadoras? Compreende-se que as dificuldades impostas às mulheres que são mães consistem em uma desigualdade de gênero

SUMÁRIO

e possuem relação direta com a desigual divisão de tarefas domésticas e com a atribuição dos cuidados com os filhos como sendo algo da responsabilidade das mulheres. Por conta disso, a fragilidade ou até ausência de acolhimento institucional de mulheres que são mães no ambiente acadêmico pode acarretar prejuízos na carreira dessas mulheres, gerando trancamento de matrícula ou mesmo evasão, no caso de estudantes, ou o desligamento da instituição, como demissão (por vontade própria) ou despedida (por vontade da instituição), resultando, inclusive, no abandono da carreira acadêmica para algumas mulheres.

Após a realização de entrevistas com mães universitárias, Rafael de Souza Menezes *et al.* (2012) constataram que essas mulheres encontram-se frente a um dilema entre sua satisfação com a carreira e a busca por melhores condições socioeconômicas e o papel socialmente atribuído a elas de cuidado e doação à família. Estudos como o de Lorena Sousa Soares *et al.* (2017) apontam para a necessidade de políticas de apoio às mães universitárias para que possam continuar a amamentação, tão importante para a saúde dos recém-nascidos. Dessa maneira, configuram-se como importantes não apenas a possibilidade de realização de exercícios domiciliares, mas também a instalação de creches e salas de apoio ao aleitamento. Ailane Costa Vieira *et al.* (2019) identificam que políticas de assistência às mães nas instituições de ensino superior, tais como creches, são fundamentais para garantir o apoio necessário a essas mulheres, garantindo-se, dessa maneira, a conclusão do curso superior e evitando-se a evasão. Já Jaqueline Maciel Toniolo da Rosa *et al.* (2018, on-line) vão além da necessidade de acolhimento institucional, compreendendo que “excluir a criança do meio acadêmico é excluir a mãe” e que a vivência da maternidade deve ser levada em consideração no meio acadêmico e que as instituições de ensino devem estar preparadas para atender às demandas das mães universitárias.


SUMÁRIO

Pretendemos analisar sobretudo a produção de regulamentações jurídicas relativas às mulheres no meio acadêmico, sendo avaliadas regulamentações relativas a graduadas, pós-graduadas, professoras e pesquisadoras e contempladas as diferenças existentes entre instituições públicas e privadas.

Iniciando pela graduação, temos a Lei n.º 6.202/1975, que garantiu às mulheres estudantes o direito ao regime de exercícios domiciliares. Podendo requerer a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses. De acordo com o dispositivo legal, o regime pode ser prorrogado mediante atestado médico e é garantido à estudante o direito à prestação dos exames finais. Não há, contudo, maior detalhamento sobre como deve se efetivar esse direito ao regime de exercícios domiciliares. Sendo assim, muitas vezes as instituições não possuem normas internas que mencionem como deve ser atendido esse direito, limitando-se a repetir os dizeres da norma jurídica supracitada, ficando a cargo das coordenações de curso e/ou dos professores das disciplinas cursadas pela estudante nesse momento de sua vida a efetivação desse direito, sendo que as dificuldades impostas podem, por diversas vezes, levar ao trancamento da matrícula ou à evasão.

Ademais, salienta-se que a conciliação entre maternidade e educação não se limita ao previsto, que garante o regime de exercícios domiciliares, uma vez que, após o parto, outras dificuldades são impostas à essas mulheres, agora mães, se elas não têm com quem deixar seus filhos. Será que há acolhimento das instituições das mulheres que precisam levar seus filhos junto consigo para que possam frequentar as aulas? Há trocadores, salas de amamentação? Esse problema se intensifica para as que necessitam estudar no período noturno, no qual não há creches e/ou escolas disponíveis. Além disso, há instituições que possuem normas que impedem a circulação de não-estudantes dentro dos seus estabelecimentos.

SUMÁRIO




No que tange a estudantes de pós-graduação, há a Lei n.º 13.536/2017, que prevê a permissão para a prorrogação de bolsas de estudo de pelo menos 12 meses, nos casos de parto ou adoção durante a vigência da bolsa. Não pode ser concedida a prorrogação a mais de um bolsista em caso de adoção, podendo ser transmitida a cônjuge ou companheiro bolsista somente em caso de falecimento da mãe. É necessária uma comunicação formal à agência de fomento, com confirmação da coordenação do curso, especificação das datas de início e término e comprovação da gestação, do nascimento ou da adoção. Há, contudo, alguns problemas para a efetivação desse direito. Em primeiro lugar, cabe salientar que esta norma jurídica exclui alunas não-bolsistas, que são muitas, quando não a maioria, na pós-graduação. E, ainda que não haja um impedimento legal, a lei do Regime de Exercícios Domiciliares não costuma ser aplicada na pós-graduação. E, mesmo para as bolsistas em tese cobertas por essa normativa de 2017, há muitas dificuldades na implementação da prorrogação, diante da burocracia exigida. Muitas instituições afirmam não saber da existência da lei ou desconhecem os procedimentos para a concessão da prorrogação.

Por fim, no caso de bolsistas de instituições comunitárias ou privadas, os cuidados com o cumprimento dos prazos e com a redução da média do tempo de defesa, para manter ou aumentar a pontuação, também são argumentos utilizados para não se divulgar nem incentivar esta prorrogação. Além disso, para as que conseguem tal prorrogação, há relatos de desrespeito desse direito por parte de quem realiza a orientação, bem como dificuldades específicas relacionadas ao andamento de algumas pesquisas, como as que contam com experimentos em laboratório, por exemplo, que não podem parar por quatro meses, sob pena de comprometimento significativo dos resultados.

No que se refere a professoras e pesquisadoras as demandas são sobretudo relativas às considerações diferenciadas da produção,

SUMÁRIO




excluindo-se o período após o nascimento de filhas e filhos. Por exemplo, em universidades comunitárias e privadas, nas quais as funcionárias possuem vínculo celetista, há o direito a 120 dias de licença-maternidade e o direito à estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. A extensão da licença para 180 dias se dá somente para funcionárias de empresas que fazem parte do Programa Empresa Cidadã. Cabe salientar também que nessas instituições geralmente as férias são coletivas, não sendo possível juntar férias e licença-maternidade. Já nas universidades públicas, nas quais o vínculo é estatutário, há o direito à licença-maternidade de 180 dias e é possível, mediante autorização, cumular férias e licença-maternidade. Verifica-se, portanto, que o tempo de licença é bastante restrito, sobretudo nas instituições comunitárias e privadas.

Há também outros problemas envolvendo o retorno ao trabalho. Para mulheres que amamentam, existem várias dificuldades por conta da ausência em muitas instituições de locais adequados para se tirar o leite e o armazenar. Creches não atendem à demanda ou são inexistentes em algumas instituições. Por fim, ocorre um aumento do número de desligamentos de professoras de universidades comunitárias e privadas, seja por conta das dificuldades para conciliar os horários e assumir turmas na graduação, para quem atua neste nível, seja, sobretudo, pela redução da produção, para quem atua na pós-graduação.

No que se refere especificamente às pesquisadoras, existe a previsão de prorrogação por um ano da bolsa de produtividade do CNPq e tem sido crescente a adoção de critérios especiais para mães em editais de fomento. Geralmente há a extensão de um ano no período de avaliação da produtividade para mulheres que foram mães. Recentemente, alguns Comitês de Área do CNPq adotaram o critério de extensão de prazo na avaliação da produtividade para mulheres que vão concorrer à bolsa de produtividade. No entanto, esses direitos não atendem a todas as demandas. Em primeiro lugar, o período de um ano parece ser

SUMÁRIO



pequeno, uma vez que pesquisas (Leticia MACHADO *et al.*, 2019) demonstram que é somente após o terceiro ano de vida da criança que a produtividade retoma um patamar semelhante ao anterior ao nascimento. Além disso, o impacto é sentido não apenas na confecção de artigos, mas também se reflete nas negativas de agências de fomento (muitas vezes com a justificativa da baixa produção acadêmica) e inclusive no descredenciamento como docente de programas de pós-graduação e, nas instituições comunitárias e privadas, inclusive nos desligamentos, colocando as mães em situação de desemprego. As dificuldades são sentidas, por fim, em outras áreas, como as que envolvem viagens, como idas a eventos e atividades de internacionalização.

Como conclusão, este cenário de desigualdades e dificuldades foi intensificado ainda mais com a pandemia. No que se refere à produção científica, uma pesquisa desenvolvida no Reino Unido demonstra que as mulheres têm submetido menos artigos às revistas, enquanto a produção dos homens tem aumentado (MARIE CLAIRE, 2020). De acordo com pesquisa realizada pela *Parent in Science* (Fernanda STANISCUASKI *et al.*, 2020), organização brasileira que pesquisa os impactos da maternidade na ciência, a redução de tarefas universitárias por conta da suspensão das atividades presenciais não necessariamente significa maior tempo para o trabalho e, ainda que professores e pesquisadores pais não sejam imunes aos impactos do isolamento, são geralmente as professoras e pesquisadoras mães que tem seu trabalho ainda mais afetado do que o que já era anteriormente.

É perceptível, portanto, que o meio acadêmico parece ser excludente das demandas específicas relacionadas às maternidades, o que denota que as expectativas sociais em torno da maternidade, as quais englobam os sacrifícios pelos quais as mães devem passar, parecem estar presentes também no que se refere à carreira acadêmica, nos seus mais diversos níveis. Ainda que exista alguma proteção legal, ela é sempre insuficiente. Além disso, são normas voltadas geralmente apenas

às mulheres, consagrando a demanda de cuidado com os filhos como sendo algo que caberia exclusivamente ou principalmente às mulheres.

INEQUIDADES PERPETUADAS EM TEMPOS DE PANDEMIA – VIAS DE CONCLUSÃO

Vale ressaltar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo segundo o *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (UNDP, 2020). Possuímos problemas seríssimos quanto a “desigualdades de renda, educação, pobreza, raça, gênero; além de altos índices de violência doméstica que afetam sobretudo as mulheres e, especialmente, as mães e as crianças brasileiras” (OLIVEIRA-CRUZ; MENDONÇA, 2021, p. 13). E esses problemas só estão aumentando durante a pandemia da Covid-19.

De acordo com o IBGE, as mulheres brasileiras compõem a maioria da força de trabalho dedicada ao cuidado das crianças e idosos. Elas são responsáveis pelos serviços domésticos, de enfermagem, pedagogia, psicologia, ensino fundamental e médio (Camille PERISSÉ; Marília LOSCHI, 2019). As desigualdades de gênero e raça também perduram na academia, posto que os homens brancos ocupam a maioria dos cargos de professores titulares, chefes de departamentos e reitores universitários, como também as posições de liderança nos grupos de pesquisa e projetos científicos brasileiros (Everton BATISTA; Sabine RIGHETTI, 2017).

Para transformar este cenário, precisamos incentivar o debate sobre a maternidade e a maternagem incluindo as mídias, as artes, as universidades e toda a sociedade brasileira. As mídias massivas e sociais digitais são fundamentais para darmos visibilidade ao questionamento de tais desigualdades. A representação artística povoa o imaginário social e cultural. A academia é um dos campos de formação

SUMÁRIO

que estabelece a constituição de uma carreira profissional e, portanto, supostamente equânime.

Sem dúvida, a prevalência da cultura patriarcal sustenta desigualdades de gênero dentro e fora das residências brasileiras. De modo semelhante, os valores capitalistas e neoliberais acentuam a desvalorização socioeconômica do trabalho materno e, conseqüentemente, aumentam as dificuldades enfrentadas pelas mães brasileiras, sobretudo pelas mulheres cujas famílias sobrevivem precariamente, como as mães solo e as mulheres negras.

O novo Coronavírus é microscópico, mas a comunicação midiática está construindo uma nova paisagem imaginária e simbólica que nos preocupa. A realidade atual é permeada por uma infodemia – termo cunhado pela OPAS/OMS em 2020 – que corresponde a uma segunda epidemia de notícias falsas e desinformação. Logo, o atual contexto exige que estejamos sempre alertas. Se recentemente o ideal materno era a figura impossível da mãe-elástico; agora, temos de compreender quais negociações precisam ser feitas consigo mesmas, nossas famílias e empregadores para não nos sentirmos mães ainda mais sobrecarregadas ou simplesmente impotentes, frente à complexidade da conjuntura pandêmica (MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020).

Ao longo do distanciamento social, nossas casas se transformaram em ambientes de estudo e trabalho, dentre outras funções. Já os telefones celulares e computadores pessoais tornaram-se os principais meios de interação com o “mundo de fora”, possibilitando o compartilhamento de informações e conhecimentos. Por meio desses dispositivos, nós estamos consumindo várias mensagens, imagens, produtos e serviços. O vírus está intensificando vulnerabilidades maternas nas esferas privadas e públicas. Convém lembrar que muitos lares brasileiros são ambientes inseguros. Além da pandemia, as mães estão enfrentando o desemprego, a violência doméstica e um verdadeiro enxame de *fake news* e desinformação (MENDONÇA; OLIVEIRA-CRUZ, 2020).

SUMÁRIO

Mais do que nunca nós precisamos desenvolver a literacia midiática especialmente entre as crianças e os jovens brasileiros. Em outras palavras, a capacidade de consciência crítica acerca de mensagens e imagens midiáticas, proporcionando interações ativas e conscientes. Afinal, não basta manejar bem os dispositivos tecnológicos, é preciso refletir atentamente sobre os impactos das mídias em nossas identidades e interações sociais. Para concluir, também precisamos refletir sobre a exclusão digital e a evasão escolar durante a pandemia. Mais do que nunca, o acesso à educação pública, gratuita, de qualidade e o desenvolvimento da literacia midiática precisa ser defendido por todas e todos nós.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAILER, Sascia; KALLENBERGER, Magdalena, SILVA, Maicyra Teles Leao e. **Re-Assembling Motherhood(s)**: On Radical Care and Collective Art as Feminist Practices. Eindhoven: Onomatopee, 2021.

BARAITSER, Lisa. **Maternal Encounters**: The Ethics of Interruption. Oxfordshire: Routledge, 2009.

BATISTA, Everton L.; RIGHETTI, Sabine. Mulheres já produzem metade da ciência no Brasil, diz levantamento. **Folha de São Paulo**, 8 Mar. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2017/03/1864542-mulheres-ja-produzem-metade-da-ciencia-do-brasil-diz-levantamento.shtml>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.536, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a prorrogação de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13536&ano=2017&ato=3f9UTQq5EeZpWT533>. Acesso em: 11 dez 2022.

SUMÁRIO

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6202&ano=1975&ato=0e3o3YU5UMnRVT571>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A maternidade adiada e reduzida e a infecundidade no Brasil: transformações de gênero e desigualdades de classe. **Anais Eletrônicos do VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2498/2445>. Acesso em: 27 set. 2018.

LISS, Andrea. **Feminist Art and the Maternal.** Minnesota: University of Minnesota Press, 2009.

MACHADO, Leticia Santos *et al.* **Parent in Science:** the impact of parenthood on the scientific career in Brazil. 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering, 2019. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_f53ac6eee19f454193a3ae5ef84682f4.pdf. Acesso em 30 jun. 2021.

MARIE CLAIRE. Pesquisa feita por mulheres cai durante a pandemia e produção de homens aumenta. **Marie Claire**, 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/pesquisa-feita-por-mulheres-cai-durante-pandemia-e-producao-de-homens-aumenta.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 14, n. 2, p. 113-121, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2009000200004&lng=en&nm=iso. Acesso em: 27 set. 2018.

MENDONÇA, Maria Collier de. **A maternidade na publicidade.** Uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. 2014. 338 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4644>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MENDONÇA, Maria Collier de; OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. The Challenges of Being a Mother and an Academic Researcher during the COVID-19 Pandemic in Brazil. **Journal of the Motherhood Initiative for**

SUMÁRIO

Research and Community Involvement, Toronto, v. 11, n. 2/ v. 12, n. 1, p. 287-308 Double Issue Fall 2020/Spring 2021. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40621>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MENEZES, Rafael de Souza *et al.* Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 20, n. 21, p. 24-47, 2012.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de; MENDONÇA, Maria Collier de. **Maternidade nas Mídias**. Santa Maria: FACOS UFSM, 2021.

O'REILLY, Andrea (org.). **Twenty-first-Century Motherhood: Experience, Identity, Policy, Agency**. New York: Columbia University Press, 2010.

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Organização Mundial da Saúde – OMS. Repositório Institucional para Troca de Informações – Iris. **Fichas Informativas COVID-19 entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19** [Internet]. Brasília Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 25 jun. 2021.

PERISSÉ, Camille; LOSCHI, Marília. Trabalho de mulher. **Retratos: revista do IBGE**, p. 19-25, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b06abac34a360666981b4b86621776f2.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2015. 1 DVD (112 min.).

RICH, Adrienne. **Of woman born: Motherhood as experience and institution**. New York and London: W. Norton & Company, 1995.

ROSA, Jaqueline Maciel Toniolo da *et al.* Vivências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico. **Disciplinarium Scientia: Ciências da Saúde**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 161-167, 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=en&nrm=is. Acesso em: 27 set. 2018.

SOARES, Lorena Sousa *et al.* Vivência de mães na conciliação entre aleitamento materno e estudos universitários. **Avances en enfermería**, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 284-292, 2017.